

**HABEAS CORPUS Nº 548.315 - MS (2019/0355599-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : PEDRO AUGUSTO NASCIMENTO PASSOS  
**ADVOGADO** : PEDRO AUGUSTO NASCIMENTO PASSOS - MG141764  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : LUIS FELIPE NOGUEIRA DE MATTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ART. 33, *CAPUT*, C.C. O ART. 40, INCISO V, DA LEI N.º 11.343/2006. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUIS FELIPE NOGUEIRA DE MATTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido no *Habeas Corpus* n.º 1413083-30.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 13/09/2019, e posteriormente denunciado, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso V, da Lei n.º 11.343/2006, pois "*surpreendido transportando, aproximadamente, 5,1 Kg de substância análoga à Skank*" (fl. 66), sendo a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva.

A Corte *a quo* denegou a ordem originária nos termos do acórdão de fls. 64-70.

Neste *writ*, o Impetrante aduz que não estão presentes os requisitos para a decretação da custódia preventiva, bem como afirma a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Ressalta que possui condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem "*para permitir que o paciente aguarde solto o julgamento da impetração, determinando a imediata expedição de alvará de soltura, com a substituição da prisão preventiva por algumas*

# Superior Tribunal de Justiça

*medidas cautelares prevista no artigo 319, inciso I, IV e V do Código de Processo Penal*" (fl. 21).

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, em razão da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos a **cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente**.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso), v.g. STJ, HC n.º 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora